



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Do Sr. NILTO TATTO)

Requer a realização de reunião de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para instrução do PL 364/2019, que “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo Bioma Mata Atlântica”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e art. 255 e seguintes, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para instrução do PL 364/2019, que “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo Bioma Mata Atlântica”. Para essa audiência, gostaria de sugerir os seguintes convidados:

1. Isabel Figueiredo – Coordenadora do Programa Cerrado Caatinga do Instituto Sociedade, População e Natureza -ISPN;
2. Professor Gerhard Ernst Overbeck - UFRGS;
3. Representate da SOS Mata Atlântica;
4. Representante da Mapbiomas;
5. Representante do Observatório do Código Florestal;
6. Professora Cássia Munhoz - UnB;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

7. Professora Isabel Belloni Schmidt – UnB.

JUSTIFICAÇÃO

Consideramos relevante esta Casa discutir e propor novas abordagens de compreensão e análise, no que diz respeito ao PL 364/2019, matéria esta que se for aprovada sem alteração alguma, levará à devastação de, pelo menos, 48 milhões de hectares só de campos nativos, o equivalente às extensões somadas do Rio Grande do Sul e do Paraná. Na prática, poderiam ser riscados do mapa mais de 50% do Pantanal, 32% dos Pampas e 7% do Cerrado

Em um Parlamento com perfil conservador e pouco aderente às pautas socioambientais e climáticas, buscamos representantes que se animem a apresentar uma agenda propositiva – articulada entre organizações e movimentos da sociedade civil – para a 57ª Legislatura (2023-2026) no âmbito Federal, com ênfases em temáticas relativas à mudança climática, à sustentabilidade ambiental e aos direitos humanos correlacionados. Trazer parlamentares de todo o espectro político e ideológico para o campo da sustentabilidade é, portanto, um dos grandes anseios deste movimento, a fim de formar maiorias que viabilizem avanços na agenda socioambiental brasileira.

Portanto, nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2023, foi realizada a 1ª edição da “Virada Parlamentar Sustentável – VPS”. A VPS trata-se de um amplo movimento da sociedade civil organizada, liderado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade no âmbito da Rede Advocacy Colaborativo (RAC), com o intuito de reunir e debater as principais agendas socioambientais no Parlamento nacional.

Tivemos a adesão de 65 organizações de todo o País, que protagonizaram uma intensa programação de painéis e debates na Câmara dos Deputados e no Senado, que envolveu parlamentares, membros do Executivo Federal, movimentos, coletivos e organizações sociais e acadêmicas em torno de temas como proteção das águas, dos biomas e dos animais, combate ao desmatamento, promoção da sociobiodiversidade, participação cidadã, desenvolvimento da economia verde, transição energética, combate à mudança climática e segurança alimentar.

Apresentação: 13/05/2024 11:22:12.077 - CMAD9

REQ n.27/2024



* C D 2 4 2 7 2 2 9 8 3 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Nilto Tatto

A partir dos eventos realizados com o apoio dos gabinetes e comissões parlamentares, uma série de matérias legislativas foram mapeadas e compõem o inventário de uma agenda socioambiental positiva para a pauta da 57ª legislatura.

Nesse cenário, é o presente para solicitar a realização nessa Comissão da 2ª edição da Virada Parlamentar Sustentável para que possamos dar continuidade aos debates iniciados no ano de 2023.

Pelo motivo mais que relevante, é que solicito o apoio dos nobres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 2024.

Deputado NILTO TATTO

